



**Serviço Público Federal**  
**Ministério da Educação**  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



Leonardo de Souza Vilalba

## **O critério de falseabilidade e a condição de pseudociência da psicanálise freudiana**

Campo Grande - MS

Dezembro de 2023

Leonardo de Souza Vilalba

**O CRITÉRIO DE FALSEABILIDADE E A CONDIÇÃO DE PSEUDOCIÊNCIA DA  
PSICANÁLISE FREUDIANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

Orientador: Prof. Dr. Erickson Cristiano dos Santos

Campo Grande-MS

Dezembro de 2023

**Agradecimentos**

## RESUMO

O estudo explora a interseção entre as ideias de Karl Popper no contexto do critério de falseabilidade, enfocando a demarcação entre ciência e pseudociência. A Definição de pseudociência como práticas que, embora afirme ser científicas, carecem de fundamentação empírica e aplicação de princípios científicos em contraposição e objeto de análise a psicanálise de Freud é apresentada como uma teoria que investiga processos mentais inconscientes, mas enfrenta críticas por sua falta de base empírica. Karl Popper, filósofo da ciência, introduz o conceito de falseabilidade, argumentando que teorias científicas devem ser testáveis e refutáveis empiricamente. A relação entre psicanálise e Popper destaca o desafio de aplicar critérios rigorosos a disciplinas subjetivas, ilustrando o debate sobre distinguir ciência de pseudociência. Destaca-se a importância da fundamentação empírica e da capacidade de refutação, ressaltando os desafios de aplicar esses critérios a campos que exploram as complexidades da experiência humana e da mente. Este estudo contribui para o entendimento mais amplo sobre a demarcação entre ciência legítima e pseudociência, enfatizando a necessidade de critérios claros nesse contexto.

**Palavras-Chave:** Falseabilidade; pseudociência; psicanálise.

## **SUMÁRIO**

<b>Introdução</b>	<b>7</b>
<b>A falseabilidade de Popper</b>	<b>10</b>
1.1 O problema da indução	13
1.2 O Problema da demarcação	17
1.3 A Falseabilidade	19
<b>Sobre psicanálise e ciência</b>	<b>22</b>
<b>Falseabilidade e psicanálise</b>	<b>27</b>
<b>Conclusão</b>	<b>31</b>
<b>Referências</b>	<b>34</b>



## Introdução

A distinção entre o que é considerado ciência genuína e o que é rotulado como pseudociência tem sido um dos debates mais persistentes e desafiadores no âmbito da filosofia da ciência. No centro dessa discussão encontra-se o renomado filósofo austríaco-britânico, Karl Popper (1902-1994), cujas contribuições revolucionaram nossa compreensão da natureza da investigação científica. Popper é amplamente celebrado por sua defesa enfática da falseabilidade como critério fundamental para demarcar a ciência legítima daquilo que não o é.

Este trabalho tem como objetivo explorar a visão de Karl Popper sobre a ciência e a psicanálise, focando especificamente na aplicação da falseabilidade a esses campos distintos do conhecimento. Popper argumentava que a ciência deveria ser caracterizada pela capacidade de submeter suas teorias à refutação empírica, ao passo que teorias pseudocientíficas não deveriam ser passíveis de tal teste. Assim, a psicanálise, como uma disciplina que lida com a complexidade da psique humana e que é frequentemente criticada por sua falta de base empírica sólida, se torna um estudo de caso cativante nesta análise.

Para Popper, o método indutivo e positivismo lógico que prevaleciam em sua época eram insuficientes para distinguir entre o que deveria ser considerado ciência e o que não deveria. Em vez disso, ele enfatizou a importância da refutação como um processo fundamental na evolução do conhecimento científico. Ao aplicar esse princípio à psicanálise, Popper desafiou não apenas os fundamentos da disciplina, mas também instigou uma discussão mais ampla sobre os limites da ciência e o papel das teorias que são difíceis de falsear.

A relação entre a filosofia de Karl Popper e a psicanálise é complexa e rica em nuances, com defensores e críticos discutindo intensamente o mérito da visão de Popper. Este trabalho se propõe a investigar a validade da posição de Popper em relação à psicanálise, bem como a influência dessa controvérsia na nossa compreensão mais ampla do que constitui ciência legítima. Ao examinar as interseções entre a filosofia de Karl Popper e a psicanálise, pretende-se elucidar sobre a tensão perene entre a necessidade de critérios rigorosos na demarcação da ciência e a complexidade das disciplinas que operam no domínio da experiência humana. Isso, por sua vez, permitirá explorar os desafios e as implicações de se catalogar a psicanálise como pseudociência, à luz dos princípios de falseabilidade de Karl Popper.

Neste estudo, investiga-se como Karl Popper abordou a falsificabilidade em relação à psicanálise e como sua perspectiva influenciou o debate em torno da natureza da psicanálise como disciplina científica.

Este estudo busca avaliar a validade da posição de Popper em relação à psicanálise, bem como analisar as críticas e os contra-argumentos apresentados por outros filósofos da ciência. Através dessa análise, pretendo oferecer uma contribuição significativa para a compreensão das complexas fronteiras entre ciência e pseudociência, ao mesmo tempo em que se reconhece o papel crucial de Karl Popper na evolução desse debate.

A primeira etapa deste se concentra no pensamento e nas contribuições do filósofo Karl Popper que destacou por sua crítica ao método indutivo e ao positivismo lógico, enfatizando a necessidade de crítica e falsificação na ciência. O "problema da indução" foi explorado, indicando a dificuldade de fundamentar teorias científicas com base apenas em observações passadas. E o conceito de falseabilidade de Popper foi apresentado como uma abordagem que busca testar teorias por meio de experimentação e observação, desafiando a ideia de verificação empírica. Sua teoria influenciou significativamente o método científico, destacando a importância de buscar refutar teorias em vez de confirmá-las. Além disso, foram abordadas as críticas de Popper ao método indutivo e a questão da observação, evidenciando a complexidade e a influência da filosofia popperiana na compreensão da ciência e do conhecimento.

O capítulo também mencionou a analogia dos cisnes brancos e a crítica de David Hume ao raciocínio indutivo, fornecendo contexto histórico e filosófico para as ideias apresentadas por Popper. O problema da indução foi contextualizado como uma crítica fundamental ao método indutivo, questionando a validade das inferências baseadas em observações passadas para previsões futuras. A resposta de Popper ao problema da indução, centrada na falseabilidade, foi discutida em detalhes, enfatizando a importância dessa abordagem na evolução do método científico e na demarcação entre ciência e pseudociência, destacando a importância do pensamento popperiano para a compreensão da ciência, a natureza crítica do método científico e os desafios inerentes à fundamentação do conhecimento científico.

A seguir à psicanálise de Sigmund Freud, apresentada juntamente dos seus conceitos fundamentais, como o inconsciente, a interpretação dos sonhos e a influência do inconsciente nos comportamentos e motivações humanas. Além disso, abordou as críticas à cientificidade da psicanálise, especialmente sob a perspectiva de Karl Popper e outros filósofos críticos. Descreveu desafios, como a falta de fundamentação empírica, ambiguidade e subjetividade, e



a ausência de falsificabilidade. As críticas de Adolf Grünbaum também foram consideradas, incluindo suas preocupações sobre a falta de objetividade, validade das teorias freudianas, eficácia terapêutica e consistência conceitual na psicanálise. A discussão sobre a dificuldade na aplicação de métodos científicos convencionais na psicanálise, especialmente em termos de verificação objetiva, replicabilidade e medidas de sucesso, foi destacada. Concluiu-se que, embora a psicanálise tenha contribuído para a compreensão da mente humana, suas teorias e métodos terapêuticos não se alinham completamente aos critérios estabelecidos por Popper para a ciência. A perspectiva da filosofia da ciência, centrada no critério de falsificabilidade, levanta questionamentos significativos sobre a classificação da psicanálise como uma disciplina científica legítima.

Os temas abordados anteriormente deram espaço para o entendimento de como o filósofo Karl Popper critica fundamentos essenciais da psicanálise, especialmente no que diz respeito à sua falsificabilidade e à capacidade de formulação de hipóteses específicas e testáveis. Em seu livro *Conjecturas e Refutações* (1963), Popper argumenta que a falta de clareza e a flexibilidade interpretativa das teorias psicanalíticas comprometem sua validade científica, aproximando-as mais da pseudociência do que de uma disciplina científica genuína. A crítica de Popper destaca a dificuldade de testar empiricamente ideias sobre a mente humana, particularmente aquelas que não são diretamente observáveis, como é o caso dos conceitos freudianos do inconsciente. O filósofo enfatiza a importância da falsificabilidade e da formulação de previsões específicas para a validade científica, argumentando que a psicanálise, ao não atender a esses critérios, se distancia dos padrões necessários para ser considerada uma ciência legítima.

# 1 A falseabilidade de Popper

Karl Popper (1902-1994), filósofo austríaco-britânico, considerado um dos mais importantes do século XX, se destacou por suas contribuições à epistemologia, onde defende a importância da crítica e da falsificação na ciência, em contraposição ao método indutivo e ao positivismo lógico. Algumas questões importantes concernentes ao conhecimento científico. Um dos problemas da filosofia da ciência em que Popper trabalhou foi o “problema da indução”. Os indutivistas acreditavam ser possível a partir dos fatos obter as leis e teorias científicas. Na concepção indutivista do positivismo lógico poder-se-ia oferecer um conjunto de fatos, usando a lógica indutiva e como consequência se chegaria às leis universais, às teorias. Outra maneira de se formular o problema da indução é indagar se há leis naturais notoriamente verdadeiras. Pode-se justificar a alegação de que uma teoria é verdadeira a partir de resultados experimentais ou observações? a resposta de Popper é negativa. Outra razão para contrariar a existência de uma lógica indutiva está em que um conjunto de fatos sempre é compatível com mais de uma lei.

No entanto é nesse contexto que surge a falseabilidade de Karl Popper, que serve como parâmetro delimitador para as teorias científicas. A falseabilidade é um critério que busca através de testes identificar se as teorias podem ser submetidas a testes com o objetivo de avaliar a validade de uma teoria por meio de experimentação e observação.

A falseabilidade de Karl Popper é uma teoria que centraliza a sua visão na falsificação empírica de teorias científicas. O seu princípio fundamental é de que apenas através do processo de falsificação é possível avaliar a validade e a força de uma teoria. Ao contrário de outros pensamentos filosóficos que consideram a verificação empírica para confirmar as teorias científicas, a falseabilidade de Popper se concentra na ideia de que a validade científica se encontra nas hipóteses que podem ser testadas e potencialmente falsificadas. Essa teoria teve um impacto significativo no mundo acadêmico e científico, pois foi uma ruptura importante com as teorias tradicionais e um desafio para a forma como se pensava a ciência. Popper acreditava que ao invés de encontrar provas que confirmassem a teoria, deveríamos buscar maneiras de testá-la e tentar refutá-la. Essa teoria também aponta para o fato de que não há certeza absoluta na ciência e que a verdade sempre pode ser questionada e desafiada. Essa abordagem, em vez de ser vista como uma limitação, é uma das principais

razões pelas quais a ciência tem progredido e avançado ao longo dos anos. A teoria da falseabilidade foi crucial para a evolução do método científico e para a forma como os cientistas pensam sobre a validade das teorias. O trabalho de Popper representa um desafio importante para a ciência tradicional, incentivando a busca pela verdade através da falsificação e reforçando a natureza crítica do método científico. (CHALMERS. O QUE É CIÊNCIA AFINAL?. 1993)

Popper defende que a ciência se diferencia da pseudociência ou da superstição, porque hipóteses científicas podem ser falsificadas por meio da observação e de experimentos. É comum pensarmos que a ciência é um tipo de conhecimento que foi verificado. Pensamos no cientista como uma figura que busca, através de uma série de experimentos, provar que sua teoria é verdadeira. Uma boa teoria, nesse sentido, é aquela sob a qual não resta qualquer dúvida de que seja verdadeira. A falseabilidade vê a ciência como um conjunto de hipóteses que descrevem ou explicam o comportamento de algum aspecto do mundo e do objeto. No entanto, para que uma hipótese ganhe o status de “científica”, ela deve ser falsificável. Em outras palavras, é preciso haver uma ou mais observações que possam vir a ser inconsistentes com ela. Existe um exemplo em (Chalmers, 1993.) que mostra uma proposta não-falsificável: “A sorte é possível na especulação esportiva”. Os críticos associam afirmações desse tipo àquelas dadas, por exemplo, por certos videntes. Apresentações científicas, então, devem ter um caráter informativo, “demarcado”. Boas teorias científicas são falsificáveis porque fazem afirmações decisivas sobre o mundo. De certa forma, quanto mais afirmar uma teoria, mais chances existirá para atacá-la, o que é interessante. Uma teoria que faz afirmações bastante amplas, sendo altamente falsificáveis, e resiste aos testes experimentais, é muito relevante, como diz. A falseabilidade é uma rejeição ao positivismo lógico, uma teoria filosófica anterior que afirmava que o conhecimento científico é baseado apenas em observações empíricas e que todas as proposições devem ser verificáveis empiricamente. A teoria da falseabilidade argumenta que não é possível verificar todas as proposições científicas empiricamente, mas podemos falsificá-las por meio da observação e experimentação.

Japiassu (1995) explica que a conceituação de que a ciência se distingue das demais formas de conhecimento, visto que suas teorias foram investigadas por meio de experiência, se origina na modernidade, com Francis Bacon (1626). Esse conceito se encontra posteriormente do método indutivo. Popper reflete que a ciência não se qualifica por

corroborar suas teorias por meio da análise por uma alegação inteligível: não é possível verificar uma teoria. De modo que, se para ser científica uma teoria deve ser verificada, então não existiriam teorias científicas.

Segundo a concepção de Popper, mesmo as teorias científicas são hipóteses, pois não podem ser provadas pelas observações e, dessa forma, são apenas conjecturas não refutadas. Popper chama isto de: o “problema da demarcação”. Qual é a diferença entre a ciência e outras formas de crença? A resposta de Popper é que a ciência, ao contrário da superstição, pelo menos é falsificável, mesmo que não possa ser provada. As teorias científicas estão formuladas em termos precisos, e por isso conduzem a previsões definidas. Segundo Popper, uma proposição poderia ser considerada verdadeira ou falsa não a partir de sua verificabilidade, e sim da sua refutabilidade (ou falseabilidade).

A observação científica, segundo ele, é sempre orientada previamente por uma teoria a ser comprovada. O princípio proposto por Popper, em vez de buscar a verificação de experiências empíricas que confirmassem uma teoria, buscava fatos particulares que, depois de verificados, refutam a hipótese. Assim, em vez de se preocupar em provar que uma teoria era verdadeira, ele se preocupa em provar que ela é falsa. Quando a teoria resiste à refutação pela experiência, pode ser considerada comprovada. Com o princípio da falseabilidade, estabelece-se o momento da crítica de uma teoria como o ponto em que é possível considerá-la científica. As teorias que não oferecem possibilidade de serem refutadas por meio da experiência devem ser consideradas como mitos, ou como pseudociências.

## 1.1 O problema da indução

O conceito de falsificacionismo encontrado no livro *Lógica da pesquisa científica* (1972) <sup>1</sup>que o filósofo Karl Popper se dedicou a investigar o problema da indução, o problema se remete a como cientistas empiristas fundamentam suas teorias e as testam. Popper fez uma revisão sobre como esse processo ocorre ao levantar as questões: “Quais são esses “métodos das ciências empíricas”? A que damos o nome de ciência empírica? De acordo com a obra *Lógica da Pesquisa Científica* (1972), a concepção mais aceita foi aquela de que as ciências empíricas se caracterizam pelo fato de empregarem o método indutivo,

---

<sup>1</sup> *Lógica da pesquisa científica*: A partir daqui tratarei este livro como “*LÓGICA*”.

dessa forma compreende-se que este método tem relação com a lógica indutiva, por se tratar de uma prática que age a partir dos enunciados singulares ou particulares, sendo estes resultados de observações ou experimentos, e no caso de enunciados universais para as hipóteses e teorias.

O fato em questão é que mesmo que enunciados singulares e enunciados universais possam ser considerados falseáveis, Popper traz uma alusão ao problema da indução por meio da analogia com os cisnes brancos. A analogia dos cisnes brancos se baseia na ideia de que, embora alguém possa ter visto apenas cisnes brancos durante toda a sua vida, isso não significa necessariamente que todos os cisnes do mundo são brancos. Essa analogia explica o conceito de inferência indutiva. Esse é um método de raciocínio que envolve a generalização de uma premissa específica para uma conclusão geral. Por exemplo, se todas as maçãs que uma pessoa já comeu eram doces, ela pode concluir que todas as maçãs são doces. No entanto, essa conclusão pode estar incorreta, pois a pessoa não experimentou todas as maçãs do mundo. A analogia com os cisnes brancos ajuda a ilustrar como a inferência indutiva pode ser insuficiente como explicação. Embora uma pessoa possa ter visto apenas cisnes brancos até o momento, isso não significa que não existam cisnes negros em outras partes do mundo. Portanto, é possível que a conclusão de que todos os cisnes sejam brancos possa estar incorreta, visto que a amostra pesquisada é limitada.

A analogia dos cisnes brancos destaca a importância de não fazer generalizações com base em amostras limitadas e de reconhecer que nossas conclusões podem estar sujeitas a alterações à medida que adquirimos mais informações, trazendo o argumento de que mesmo que se possa observar o problema da indução é impossível dizer que todos os cisnes sejam brancos. E assim o problema da indução é apresentado, com a “indagação da validade” sobre enunciados universais, que tem como sua base a experiência, sendo esta constituída de hipóteses e sistemas teóricos das ciências empíricas. Sendo o princípio de indução incapaz de trazer uma prova definitiva, este princípio há de se constituir em um enunciado sintético, ou seja, em um enunciado que a negação seja contraditória, porém que ainda seja possível. O problema da lógica indutiva é diferente do problema da lógica dedutiva, por se tratar da justificação de raciocínios lógicos em generalizações a partir de observações, enquanto o dilema da lógica dedutiva se concentra na validade lógica dos argumentos dedutivos. O problema da validade avalia e consistência lógica de um argumento enquanto o obstáculo da verdade aborda a correspondência entre afirmações e a realidade.

Para Popper as dificuldades da lógica indutiva são intransponíveis, no caso de uma inferência indutiva, ainda que não seja estritamente válida, ela pode conter algum grau de

confiabilidade ou de probabilidade. Tratar dessas inferências indutivas é possível se as mesmas apresentarem como "inferências prováveis", ou seja, deve-se dizer que esse método pode definir se existe uma probabilidade (Popper, 1972), logo que a ciência chegar falseabilidade, sendo assim os enunciados científicos só podem definir graus de probabilidade onde os limites que possam vir a surgir sejam definidos como verdadeiros ou falsos. Popper concorda com Hume em que a indução não pode levar à certeza. Para Karl Popper (1972): “só se pode tentar fundamentar a indução através de novas induções, o que nos levaria a um círculo vicioso de induções sucessivas sem que qualquer conexão causal entre fenômenos examinados fosse demonstrada.”

A questão da indução representa uma crítica fundamentada, inicialmente formulada por David Hume e posteriormente usada por Karl Popper, em relação ao método indutivo. Popper, alinhado com as preocupações levantadas por Hume em sua obra “Investigação sobre o Entendimento Humano”, argumenta que o método indutivo carece da capacidade de gerar conclusões seguras. Hume questionou a validade do raciocínio indutivo, ressaltando a dificuldade de fundamentar as inferências baseadas em observações passadas para previsões futuras. Hume argumentou que o conhecimento seguro e verdadeiro sobre a realidade. O problema da indução é a questão filosófica sobre se o raciocínio indutivo leva ao conhecimento. Uma generalização é qualquer argumento não dedutivo cuja conclusão é mais geral do que as premissas. Ou seja, o problema da indução refere-se a: desenvolver sobre as características de uma categoria de objetos com base em algumas observações do número de solicitações específicas da classe (por exemplo, a inferência de que "todos os cisnes que temos visto são brancos e, portanto, todos os cisnes são brancos", antes da descoberta do cisne negro).

O problema da indução foi uma crítica formulada por Hume baseada na suposição de que eventos futuros seguirão o mesmo padrão que eventos passados sem que haja uma justificativa lógica para tal inferência. Ele acreditava que, embora possamos observar regularidades na natureza, não temos uma razão objetiva para assumir que essas regularidades continuarão ocorrendo no futuro. Para Hume, todas as nossas inferências indutivas são baseadas em uma inferência "causa-efeito". Ele observou que, ao observar um evento A seguido por um evento B, tendemos a inferir que A é a causa de B. No entanto, essa inferência é baseada em uma relação de continuidade temporal e na suposição de que eventos semelhantes no passado tiveram as mesmas causas. Hume destacou que, apesar de repetirmos essa sequência de eventos inúmeras vezes, não podemos provar logicamente que A é a causa de B. A inferência indutiva é uma questão de hábito mental, uma tendência humana a

associar eventos similares. Não há uma conexão necessária entre eventos passados e futuros que possa ser estabelecida através do raciocínio indutivo. (POPPER. *LÓGICA*. Seção II. 1972)

Segue um trecho de David Hume, onde ele discute o problema da indução:

"Quando um objeto é seguido por outro, e percebemos que os dois estão sempre juntos, nunca podemos inferir a existência de um do conhecimento do outro. No entanto, devemos admitir que a suposição de um do conhecimento do outro sempre nos ocorre de forma natural e quase irresistível. Se os dois objetos se apresentam em todas as ocasiões que a experiência nos mostrou, sem exceção alguma, logo pensamos que seu poder e influência estão inseparavelmente unidos, e que onde quer que esteja o primeiro, necessariamente encontraremos o segundo. Nossos pensamentos e sentimentos correm facilmente nesta direção. Parece não haver obstáculo que possa interrompê-los ou impedi-los. Exceto a reflexão sobre a inconsequência do raciocínio que estamos fazendo." (HUME.1993, SEÇÃO 3)

Chalmers conjectura que na posição indutivista a ciência começa com a observação. Ele diz que O Problema da Indução, discute a posição indutivista em relação à forma como a ciência começa com a observação. Ele apresenta críticas à visão tradicional de que a observação direta dos fenômenos é a base para a formação de teorias científicas. Ele argumenta que a observação não é um processo neutro, mas sim influenciado por pressuposições teóricas e conceituais. O filósofo destaca que nossa percepção e interpretação dos fenômenos são mediadas por teorias, conceitos e estruturas de pensamento que moldam a forma como vemos o mundo. A observação é *theory-laden*<sup>2</sup>, ou seja, está impregnada de teorias e pressuposições. Ele afirma que não podemos observar eventos e fenômenos de forma objetiva e imparcial, pois nossa observação é moldada por nossas estruturas conceituais e teorias científicas pré-existentes. O autor argumenta que a teoria é essencial para a observação, pois ela guia a seleção do que é relevante e influencia a interpretação dos dados observados. Portanto, a observação não é um ponto de partida imparcial e neutro, mas sim um processo que é moldado pela teoria desde o início.

---

<sup>2</sup> *Theory-laden* é um termo em inglês que se refere à ideia de que observações e interpretações estão influenciadas pelas teorias e perspectivas teóricas que um indivíduo possui.

Além disso, ele também destaca que a observação sozinha não é suficiente para fundamentar as inferências indutivas. Ele argumenta que a observação por si só não nos fornece evidências suficientes para extrapolar conclusões gerais sobre o futuro. A indução requer uma justificação adicional que não pode ser alcançada apenas com base na observação. Assim, Chalmers critica a visão tradicional de que a ciência começa com a observação, enfatizando que a observação está impregnada de teorias e não fornece uma base sólida para a indução. Ele sugere a necessidade de uma abordagem mais sofisticada, que leve em consideração a interação entre teoria, observação e inferência para lidar com o problema da indução de forma mais robusta.

A observação, por sua vez, fornece uma base segura sobre a qual o conhecimento científico pode ser construído, e o conhecimento científico é obtido a partir de proposições de observação por indução. O problema põe em causa todas as reivindicações empíricas feitas na vida cotidiana ou através do método científico e faz uma crítica à afirmação de que o conhecimento só pode ser construído a partir da observação.

David Hume em *Tratado da Natureza Humana* (1736) diz que a indução é uma inferência contingente e só pode levar a uma conclusão que tem apenas certo grau de correção por não oferecer uma crença verdadeira e justificada, pelo fato de que observações passadas não garantem o futuro. No primeiro capítulo da *Investigação sobre conhecimento humano* (1748), Hume insiste que as conexões causais dependem de hábitos da mente e não têm base na nossa experiência do mundo. A resolução mais notável ao problema humano da indução foi formulada por Karl Popper dois séculos mais tarde. O argumento de Popper relativo à falseabilidade das afirmações propostas e validade delas até que evidência verificável demonstre o contrário fundamenta a base da significação contemporânea da ciência, no entanto, é importante ressaltar que nem todos estão dispostos a aceitar essa base conceitual. Segundo Popper, a abordagem para lidar com o problema do cisne é considerar que todos os cisnes são brancos, pelo menos até que alguma evidência em contrário seja descoberta. Uma vez encontrada, a afirmativa deve ser abandonada, e nova afirmativa falseável mais abrangente deve ser proposta como explicação para a cor dos cisnes. As teorias apontam o caminho mais provável para que se aumente a ciência acerca da realidade intrínseca ao universo, evoluindo dinamicamente no tempo à medida que se aumenta a ciência factual.



## 1.2 O Problema da demarcação

No livro *A Lógica da Pesquisa Científica* (1972), no primeiro capítulo, aborda o problema da demarcação, definindo o conceito e explicando como ele funciona. O problema da demarcação consiste em estabelecer um critério que permita distinguir uma ciência da outra. Segundo o autor, esse critério seria capaz de diferenciar, por exemplo, uma ciência empírica de uma ciência matemática ou lógica. Popper reconhece o problema da demarcação como um dos mais importantes, uma vez que os epistemólogos de tendências empiristas costumam aderir ao "método de indução" que consiste em observar uma série de casos particulares e, a partir dessas observações inferir uma conclusão geral ou uma lei universal, acreditando assim que apenas esse método pode fornecer uma demarcação adequada. Isso implica, ainda, que os empiristas simpatizantes do "Positivismo lógico" também sejam influenciados por essa perspectiva.

O filósofo exemplifica o problema da demarcação apresentando duas situações distintas entre dois tipos de positivistas, "Os velhos positivistas" e "Positivistas modernos", como descritos por Popper (1972):

“Os velhos positivistas só desejavam admitir como científicos ou legítimos os conceitos (ou noções, ou idéias) que, como diziam, "derivasse da experiência", ou seja, os conceitos que acreditavam ser logicamente redutíveis a elementos da experiência sensorial, tais como sensação (ou dados sensoriais), impressões, percepções, lembranças visuais ou auditivas, e assim por diante.” [...] “Os positivistas modernos têm condição de ver mais claramente que a Ciência não é um sistema de conceitos, mas sim um sistema de enunciados. Nesses termos, desejam admitir como científicos, ou legítimos, tão-somente os enunciados redutíveis a enunciados elementares (ou “atômicos”) da experiência - a "juízos de percepção”, ou “proposições atômicas” ou “sentenças protocolares” (e que mais?)” (POPPER, 1972).

Popper ainda aponta uma observação sobre o trecho anterior, que o critério da demarcação apresentado é idêntico à exigência de um método indutivo. E por rejeitar a lógica indutiva Popper também rejeitará toda e qualquer tentativa de resolução do problema da demarcação o filósofo alega que com essa rejeição o problema da demarcação ganha outro

sentido, a de encontrar critério aceitável de demarcação que se constitua como base para qualquer epistemologia que não aceite a lógica indutiva.

A forma como Popper encara a maneira como os positivistas utilizam do problema da demarcação também é criticada por ele, no livro *A Lógica da Pesquisa Científica*, o problema da demarcação é tratado de maneira naturalista, ou seja, como sendo um problema de ciência natural, utilizando a demarcação para separar as ciências e metafísicas.

O problema da demarcação tem como objetivo distinguir a ciência de áreas que não são consideradas científicas, como as pseudociências. Dentro da filosofia da ciência, envolve a questão de como podemos distinguir adequadamente entre o que é considerado científico e o que não é, incluindo áreas como a pseudociências e outras formas de conhecimento. Esse é um tópico crucial na filosofia da ciência, uma vez que a capacidade de diferenciar a ciência legítima de outros tipos de empreendimentos intelectuais é fundamental para estabelecer critérios confiáveis de validade, objetividade e progresso na investigação científica. É importante compreender como identificar uma teoria genuinamente científica e diferenciá-la de uma teoria não científica. Em outras palavras, esse problema envolve justificar o que constitui verdadeiramente a ciência. A partir dessa perspectiva, podemos compreender a abordagem de Popper em relação à falseabilidade. O filósofo utiliza a falseabilidade como critério para a demarcação, ou seja, para distinguir teorias científicas daquelas pseudocientíficas.

### 1.3 A Falseabilidade

Popper propõe a falseabilidade como critério para separar e definir as ciências das pseudocientíficas, ou seja, é através da demarcação que o conceito de falseabilidade delimita uma conclusão sobre o que é ciência. O filósofo escreve sobre o critério no livro *Lógica da Pesquisa Científica* (1972).

“devem ser suscetíveis de serem, afinal, julgados com respeito à sua verdade ou falsidade; diremos que eles devem ser “conclusivamente julgáveis”. Isso quer dizer que sua forma deve ser tal que se torne logicamente possível verificá-los e falsificá-los.” (POPPER, 1972)

O propósito de Popper ao introduzir o conceito de falseabilidade é estabelecer um critério que permita a inclusão dos enunciados empiricamente verificáveis no domínio da ciência empírica. Ele argumenta que uma teoria científica deve ser formulada de maneira a possuir condições específicas sob as quais ela possa ser confirmada ou rejeitada. Portanto, uma teoria científica deve ser estruturada de tal forma que sua validade possa ser submetida a testes lógicos, de modo que seja possível demonstrar sua verdade ou refutá-la. Isso implica que uma teoria genuinamente científica é aquela que se coloca em risco, pronta para ser rejeitada caso as evidências empíricas a contradigam.

Menezes (2018) afirma que, na concepção de Popper, ao contrário do que geralmente se pensa, uma teoria irrefutável não pode ser considerada científica, pois não pode ser testada. Portanto, a primeira distinção que se pode fazer entre ciência e pseudociência é que a primeira possa ser refutável, falseável, e a segunda não apresenta essa característica. Como exemplo, podemos citar a astrologia, que pretende ser tão vaga em suas respostas, de modo que nunca erre em suas previsões. Dizer algo do tipo “amanhã poderá chover ou não chover” é tautológico, pois é correto em qualquer uma das suas concepções, chova ou não chova amanhã, o que torna tal “previsão” irrefutável. Em contrário, podemos citar a lei que diz que todos os planetas do sistema solar giram em elipses ao redor do sol. É uma teoria que pode ser refutada, mas que até o momento não foi e, portanto, mantém o seu status de teoria científica. Tal critério de falseabilidade, estabelecido por Popper, diz que uma teoria pode ser considerada científica somente quando satisfaz as seguintes condições: ser falseável, isto é, pode ser, em linha de princípio, desmentida ou contradita e não ter sido ainda achada não falseável de fato. Por oposição, uma teoria que não seja refutável por nenhum acontecimento concebível será uma teoria não científica, nisto se caracteriza a pseudociência.

Segundo Popper em *A lógica da pesquisa científica*, o critério de falseabilidade desempenha um papel fundamental na demarcação entre ciência legítima e pseudociência. Ele sustenta que uma teoria genuinamente científica deve ser sujeita à verificação no mundo real, o que permite que evidências empíricas possam eventualmente mostrar sua inviabilidade. Contudo, é importante ressaltar que o fato de uma teoria ainda não ter sido refutada não a confirma automaticamente como verdadeira. Em vez disso, ela se mantém como uma hipótese robusta até que seja contraditada por evidências concretas.

Ao contrastar esse critério com abordagens que reivindicam a validade de teorias não falseáveis, Popper destaca a importância de manter a objetividade e a estabilidade na investigação científica. Teorias que não podem ser contestadas por nenhum evento

concebível, por outro lado, carecem da capacidade de serem submetidas ao escrutínio empírico e, portanto, não podem ser consideradas científicas no sentido popperiano.

Essa distinção entre ciência e pseudociência é crucial para salvaguardar a integridade do empreendimento científico, assegurando que teorias sejam construídas com base em evidências sólidas e que possam ser modificadas ou rejeitadas caso novas informações surjam. A falsificabilidade não apenas delinea a fronteira entre o que é científico e o que não é, mas também promove a evolução contínua do conhecimento, pois teorias bem fundamentadas podem resistir a testes rigorosos, enquanto aquelas que não são sustentadas pelas evidências acabam sendo descartadas ou revisadas. A psicanálise é uma das abordagens mais influentes no campo da psicologia, introduzida por Sigmund Freud (1939) no final do século XIX, propõe uma exploração profunda da mente humana, estudando as emoções, pensamentos e comportamentos que muitas vezes escapam à consciência. Enquanto a ciência tradicional busca entender o mundo por meio de métodos empíricos e observações objetivas, a psicanálise mergulha na complexidade do mundo subjetivo, investigando os recessos do inconsciente para elucidar as raízes das motivações e conflitos humanos. Sob a perspectiva da ciência, a psicanálise pode ser vista como uma abordagem que difere dos métodos tradicionais de pesquisa. Ela não é facilmente quantificável ou testável de maneira rigorosa, como muitas disciplinas científicas exigem. Em vez disso, a psicanálise envolve interpretações subjetivas e análises aprofundadas de experiências individuais.

## 2 Sobre psicanálise e ciência

A psicanálise, um dos pilares da psicologia moderna, foi desenvolvida por Sigmund Freud (1856-1939) no final do século XIX e início do século XX. Foi no ano de 1900, com a publicação de *A Interpretação dos Sonhos*, que Freud apresentou o conceito de inconsciente e demarcou o nascimento da psicanálise. Como um médico e neurologista austríaco, Freud procurava compreender os fenômenos mentais que escapavam das explicações científicas tradicionais da época. Sua revolucionária abordagem introduziu conceitos como o inconsciente, a interpretação dos sonhos e a influência do inconsciente na formação de comportamentos e motivações. Ao investigar a mente humana em profundidade, Freud

fundou uma nova disciplina que teve um impacto duradouro no entendimento da psicologia e da natureza humana.

A psicanálise é uma teoria que busca compreender o funcionamento da mente humana e seus conflitos. No entanto, algumas críticas têm sido levantadas em relação à cientificidade da psicanálise, questionando sua validade como uma disciplina baseada em evidências empíricas.

A psicanálise acolheu um novo paradigma no campo da psicologia e teve um impacto significativo na compreensão da mente humana. No entanto, Karl Popper e outros filósofos críticos questionam que a psicanálise carece dos princípios científicos fundamentais e se enquadra no domínio da pseudociência. A falta de fundamentação empírica é uma das principais críticas à psicanálise e é a falta de evidências empíricas que a sustentam. A maioria dos conceitos e teorias psicanalíticas, como o complexo de Édipo e a interpretação dos sonhos, não são passíveis de teste científico. A ausência de experimentação controlada e observação objetiva prejudicam a confiança da psicanálise como uma disciplina científica. (JONES, 1989).

A falta de falseabilidade é uma característica inerente a um campo científico, marcada pela capacidade das teorias subjacentes serem submetidas à refutação empírica. No entanto, é observado que a psicanálise frequentemente apresenta uma natureza ambígua, suscetível a motivações vagas e suscetíveis à interpretação subjetiva. Essa característica contribui para a dificuldade na aplicação da falseação em suas teorias, resultando em um cenário onde a validade dessas teorias é desafiada pela ausência de critérios objetivos de avaliação. A ótica de Karl Popper, notável por sua ênfase na demarcação entre ciência e pseudociência, em particular através do conceito de falseabilidade, fornece uma estrutura analítica que destaca as limitações da psicanálise em relação a padrões científicos rigorosos. Nesse contexto, a ausência de meios para colocar em teste a psicanálise levanta questionamentos em relação à sua classificação como disciplina científica. Esta avaliação crítica também direciona a investigação em direção à eficácia terapêutica da psicanálise, uma vez que a fragilidade da base epistemológica subjacente à abordagem pode ter implicações para os resultados terapêuticos alcançados.

Popper, em sua obra *A Lógica da Descoberta Científica* (1972), dedica medidas para evidenciar pressupostos científicos de teorias não científicas. Ele argumentou que uma teoria só pode ser considerada científica se for empiricamente falseável, ou seja, se existirem testes que possam refutar suas previsões. Segundo Popper, a ciência deve ser baseada na busca constante por refutações, em vez de tentar provar a verdade de uma teoria. Quando se aplica

os critérios de Popper à psicanálise, encontramos alguns desafios significativos. A psicanálise é frequentemente criticada por sua falta de fundamentação empírica sólida. Suas principais proposições, como o inconsciente, os complexos de Édipo e Electra, e a interpretação dos sonhos, são difíceis de serem testadas de forma objetiva e falsificável.

Além disso, a natureza subjetiva dos métodos terapêuticos da psicanálise levanta dúvidas sobre sua validade científica. As interpretações do terapeuta, as abordagens psicanalíticas que frequentemente se fundamentam em associações verbais e nas experiências relatadas pelo paciente durante as sessões terapêuticas. Essa dependência de relatos subjetivos torna a verificação e a reprodução dos resultados um desafio substancial. Uma vez que as interpretações e os insights psicanalíticos podem variar consideravelmente entre terapeutas diferentes e até mesmo em diferentes sessões com o mesmo terapeuta, a falta de um método padronizado para coleta e análise de dados pode minar a objetividade e a confiabilidade dos resultados.

A ausência de critérios objetivos e replicáveis para medir o sucesso do tratamento adiciona outra camada de complexidade à avaliação da eficácia da psicanálise. Diferentes terapeutas podem ter diferentes visões sobre o que constitui um progresso terapêutico bem-sucedido, o que dificulta a comparação e a avaliação coerente dos resultados obtidos. A falta de medidas claras de sucesso também torna difícil a comparação entre estudos e a obtenção de conclusões confiáveis sobre a eficácia global da abordagem.

Esses desafios inerentes à psicanálise em termos de verificação objetiva, replicabilidade e medidas de sucesso objetivas têm contribuído para a visão crítica que alguns têm da psicanálise como uma pseudociência. Em contraste com as ciências naturais, que frequentemente operam com experimentação controlada, observações quantificáveis e métodos padronizados, a psicanálise enfrenta dificuldades em estabelecer uma base sólida de evidências empíricas e critérios consistentes de avaliação. Como resultado, a suspeita de que os princípios e as práticas da psicanálise possam estar mais enraizados na interpretação subjetiva do que em fundamentos científicos sólidos contribui para o debate sobre seu estatuto como ciência.

As críticas de Popper à psicanálise não significam que ela seja completamente inútil ou desprovida de *insights* valiosos. A psicanálise contribuiu para a compreensão da mente humana e desempenhou um papel importante no desenvolvimento da psicologia como

disciplina. No entanto, é fundamental reconhecer que suas teorias e métodos terapêuticos não se encaixam plenamente nos critérios estabelecidos por Popper para a ciência.

Adolf Grünbaum (1923-2018) foi um filósofo da ciência conhecido por suas críticas à psicanálise e sua defesa e da abordagem científica na psicologia. Ele foi um dos principais críticos da psicanálise como uma pseudociência e dedicou grande parte de sua carreira ao estudo e análise rigorosa das teorias e métodos freudianos.

O filósofo argumentou que a psicanálise não atendia aos critérios necessários para ser considerada uma ciência legítima. Em seu livro *Os fundamentos da psicanálise: uma crítica filosófica* (1986), ele expõe uma análise detalhada das teorias e práticas da psicanálise, questionando sua validade científica. Uma das críticas centrais à psicanálise é a falta de objetividade e validade das teorias freudianas. Ele argumentou que muitas das proposições psicanalíticas, como o complexo de Édipo, a interpretação dos sonhos e o inconsciente, não podem ser empiricamente testadas ou falseadas de forma adequada. Sem a possibilidade de testes objetivos, reforçando o argumento que a psicanálise não pode ser considerada uma ciência genuína.

Também contestou a eficácia terapêutica da psicanálise. Ele questionou a validade dos métodos interpretativos e alegou que os resultados positivos da terapia psicanalítica podem ser atribuídos a fatores não específicos, como o efeito placebo, a relação terapêutica e o viés de confirmação.

Além disso, Grünbaum criticou a falta de consistência e precisão conceitual na psicanálise. Ele argumentou que muitos dos conceitos e termos utilizados pelos psicanalistas, como o complexo de Édipo e o inconsciente são vagos e ambíguos, dificultando a análise científica rigorosa, ele apresentou uma crítica abrangente e rigorosa à psicanálise, buscando submetê-la a uma avaliação crítica semelhante à aplicada a outras disciplinas científicas. Sua abordagem foi influente no debate sobre a validade e a cientificidade da psicanálise, e suas críticas continuam a ser discutidas e debatidas até hoje.

Segundo Grünbaum (1986), quando os analistas perguntam, pontuam e reagem seletivamente frente ao conteúdo trazido pelo paciente e também quando introduzem corruptamente no fluxo do paciente, como visto na última seção, eles correm o risco de promover uma contaminação dos dados clínicos. Conseqüentemente, qualquer investigação clínica em psicanálise está invalidada desde a raiz: antes de poder existir qualquer problema com a análise de seus dados, existe um problema em potencial com seus dados tomados enquanto tais, com a coleta e a integridade desses dados. Ampliando as conhecidas metáforas

de Freud, o analista seria como um arqueólogo que, no momento da escavação, tropeça e derrama seu café com leite sobre os artefatos, ou que não verifica se nos arredores há outros artefatos que poderiam alterar sua interpretação das funções e significados dos artefatos já encontrados. Além do mais, o risco de sugestão cognitiva nos faria incapazes de perceber se os pacientes estão produzindo exatamente o tipo de dado fenomenológico que confirma as hipóteses de seus analistas, um fato que tornaria tremendamente questionável o “*corpus evidencial*” da psicanálise.

A Psicanálise sob a lente da filosofia da ciência, surgem questionamentos significativos que levam a considerá-la como uma pseudociência. A filosofia da ciência, como um campo de estudo que explora os princípios e métodos que distinguem a ciência de outras formas de conhecimento, fornece um quadro útil para essa avaliação. Karl Popper (1994), como já dito anteriormente, propôs o critério de falseabilidade como um requisito fundamental para algo ser considerado científico. Segundo o critério, uma teoria científica deve ser formulada de tal forma que possa ser refutada por meio de testes empíricos. Se uma teoria não pode ser testada e, portanto, não é passível de falseá-la, ela não se encaixa no molde da ciência legítima.

Nesse contexto, a psicanálise enfrenta desafios significativos. Muitos dos conceitos psicanalíticos, como o inconsciente, complexo de Édipo e simbolismo dos sonhos, são difíceis de testar empiricamente de maneira objetiva. Além disso, a falta de experimentação controlada e a falta de previsões específicas e testáveis na Psicanálise também são pontos sensíveis quando se analisa sua posição como uma ciência. Enquanto algumas abordagens da psicologia contemporânea se baseiam em métodos empíricos rigorosos e pesquisa experimental, a Psicanálise muitas vezes se concentra em interpretações subjetivas e na análise de casos individuais, o que dificulta a validação de suas teorias de maneira científica convencional.



### 3 Falseabilidade e psicanálise

A crítica sobre a psicanálise feita por Popper no livro *Conjecturas e Refutações* (1963)<sup>3</sup>, apresenta o argumento de que as teorias psicanalíticas partem de uma dúvida quanto às possibilidades da psicanálise e outras duas teorias o marxismo e a psicologia individual terem algo de errado, a pergunta que Popper levanta sobre este tema: “O que estará de errado com o Marxismo, a psicanálise e psicologia individual?”. No capítulo 2 do livro, “O Princípio da Falseabilidade” Popper argumenta que a psicanálise, o marxismo e a psicologia individual não são científicos no sentido de que suas teorias são difíceis de serem testadas empiricamente e, portanto, não são passíveis de serem falseadas.

Popper sugere que uma característica importante da ciência é a falseabilidade, ou seja, a capacidade de uma teoria ser testada e potencialmente refutada por meio de evidências empíricas. Ele argumenta que, se uma teoria não pode ser falseada, ela não é científica, Popper levanta a questão sobre o que pode estar errado com essas teorias, uma vez que elas não se encaixam em seu critério de cientificidade devido à falta de falseabilidade.

Neste trecho, Karl Popper está lançando uma dúvida à psicanálise com base em sua filosofia, dos quais a demarcação científica e falseabilidade foram utilizadas como critério para sua crítica. Popper defendia que para uma teoria ser considerada científica, ela deve ser capaz de ser submetida a avaliações que possam potencialmente indicar sua inadequação. Além disso, uma teoria científica precisa apresentar hipóteses específicas e claras, de modo que suas implicações possam ser investigadas empiricamente, o que deve ser sempre levado em consideração e como principal foco do critério de demarcação é a capacidade e a possibilidade de uma teoria poder ser testada, significando que mesmo que diante de um teste, questionamento, ou uma avaliação da teoria em questão a demarcação não se fundamentará nos resultados quer sejam eles negativos ou positivos e sim se a teoria pode suportar e permite ser testada.

Quando Popper trata da psicanálise, sua crítica recai sobre a grande variedade de resultados que podem ser alcançadas através da análise, um exemplo que pode ser utilizado é o que o psicanalista Freud descreve sobre o conceito de subconsciente que surgiu primeiramente no livro “interpretação dos sonhos”(1900), que corresponde a uma instância intermediária do psiquismo humano, no subconsciente passa e permanece toda a vontade seja ela uma vontade que não se saciou ou que foi impedida (recalcada) ou uma vontade imediata,

---

<sup>3</sup> *Conjecturas e Refutações*: A partir daqui tratarei este livro como “*CONJECTURAS*”.

desta forma o subconsciente é composto de desejos e pulsões, para Freud quando o desejo ou a pulsão é reprimida ela pode causar complicações à saúde psíquica de um sujeito, neste caso quando tentamos pensar em um meio para estabelecer um meio para testar a validade do que é o subconsciente, acabamos encontrando dificuldades em executar quaisquer teste logo que o subconsciente se trata de um ideal, onde não se pode ver, tocar, testar, refletir sobre, logo que se trata de uma zona da psique humana.

Embora o termo subconsciente tenha sido usado primeiro na psicologia por Pierre Janet, médico e psicólogo francês (1859-1947) no livro “O automatismo psicológico” (1889) sendo um contemporâneo de Freud que pretendia descrever o que era entendido como sentimentos dissociados (reprimidos). No caso do Freud, a utilização desse termo se ampliou para além do cunho sentimental entrando também no quesito da vontade, onde também se encaixa os sentidos de recalque ou repressão. Posteriormente Freud troca o termo subconsciente para inconsciente, logo que o primeiro poderia causar erros de interpretação por conta de sua capacidade de ter significados diferentes. No ano de 1896, na Carta 52, Sigmund Freud introduziu a estratificação dos processos mentais, notando que traços de memória eram ocasionalmente reorganizados em resposta a novas circunstâncias, desta forma ele estabeleceu distinções entre três graduações da mente: *Wahrnehmungszeichen* ("indicação da percepção"), *Unbewusstsein* ("o inconsciente") e *Vorbewusstsein* ("o pré-consciente"). A partir desse ponto em diante, Freud deixou de empregar o termo subconsciente. Popper não detalha especificamente todas as teorias da psicanálise de Freud, mas sua crítica abrange a psicanálise como um todo. Devemos compreender que a crítica de Popper é direcionada à psicanálise freudiana e não a seus detalhes específicos. No entanto, é importante observar que, devido à natureza geral de sua crítica, todas e quaisquer teorias elaboradas por Freud estão sujeitas à avaliação crítica de Popper.

No caso da psicanálise, Popper argumenta que suas hipóteses são formuladas de maneira tão aberta e flexível que podem ser interpretadas de várias maneiras distintas.(POPPER. 1972, PÁG. 3) Isso cria um desafio fundamental para a cientificidade da teoria, uma vez que as hipóteses de tal natureza não podem ser devidamente examinadas. Se uma hipótese pode ser interpretada de múltiplas maneiras, é difícil estabelecer critérios precisos para determinar o que a confirmaria ou a refutaria. Essa flexibilidade nas hipóteses da psicanálise, segundo Popper, resulta em sua resistência a avaliações rigorosas e invalidações. Uma teoria que pode ser interpretada de maneira tão diversa torna-se intrinsecamente desafiadora de ser submetida a exames eficazes, pois não há um método claro para discernir sua falseabilidade. Isso está em desacordo com a ideia de uma teoria

científica, que deve estar disposta a enfrentar avaliações críticas e, se necessário, ser rejeitada se não houver a capacidade de ser submetida a prova. Portanto, neste trecho, Popper está enfatizando como a falta de clareza e especificidade nas hipóteses da psicanálise compromete sua classificação como uma teoria científica, argumentando que essa característica a situa mais no campo do que ele chamou de "pseudociência".

Karl Popper em *A lógica da pesquisa científica* explica que uma teoria científica deve ser formulada de maneira a permitir a possibilidade de refutação por meio de testes empíricos. Isso implica que uma teoria científica deve fazer previsões específicas que possam ser testadas e potencialmente negadas pelas evidências observacionais. No entanto, a aplicação dessa condição à psicanálise encontra obstáculos significativos devido à sua natureza interpretativa e à complexidade das questões psíquicas abordadas. Algumas das principais questões psíquicas abordadas na psicanálise são: as neuroses, as estruturas de personalidade *id*, *id* e superego, a sexualidade e o inconsciente.

A psicanálise, como desenvolvida por Sigmund Freud, enfoca os aspectos inconscientes da mente humana, cujos processos muitas vezes não são diretamente observáveis. Isso cria uma dificuldade na formulação de previsões específicas e testáveis que possam ser submetidas a análises empíricas rigorosas. A dependência da interpretação subjetiva das associações verbais e das experiências relatadas pelos pacientes torna a verificação objetiva das afirmações psicanalíticas uma tarefa particularmente desafiadora. É a falta de testabilidade e a interpretação subjetiva sobre a psicanálise que a distanciam dos critérios científicos exigidos pelo Popper. Os critérios demarcatórios usados para refutar uma teoria são questionados, devido à dificuldade de estabelecer a validade das conclusões psicanalíticas e à ausência de evidências empíricas sólidas que sustentem suas teorias. Por outro lado, os defensores da psicanálise ressaltam que sua abordagem interpretativa é apropriada para abordar questões psicológicas profundas e subjetivas, que podem não ser facilmente exploradas por meio de métodos experimentais convencionais.

Embora Sigmund Freud tenha reconhecido em suas obras as limitações e desafios da psicanálise, não há uma citação específica de Freud que encapsule sua visão sobre as falhas da psicanálise em uma única frase. Em vez disso, suas observações sobre as limitações da psicanálise estão distribuídas em vários de seus escritos. A visão de Freud sobre as limitações da psicanálise pode ser compreendida ao longo de sua obra, na medida em que ele aborda questões como a dificuldade da análise de casos individuais, a variabilidade das interpretações e as influências de fatores externos na psicologia humana.

A teoria da psicanálise era falha pelos fatores de serem provisórios e que podem ser modificados ou refutados à medida que novas evidências forem descobertas, a psicanálise é uma construção de conhecimento, e não podemos esperar que elas sejam definitivas, por serem baseadas em um entendimento sobre a mente humana que é incompleto, impreciso e que está suscetível a modificações na medida em que o saber sobre a mente humana e os outros elementos que a psicanálise trabalha se desenvolva ou mude com o decorrer dos estudos sobre o assunto. Popper no livro *Conjecturas e Refutações* escreve um exemplo de como a teoria da psicanálise se comporta em relação a um caso específico, no caso dessa explicação Popper ainda inclui a presença de outro teórico da psicologia Alfred Adler, este em específico também fora criticado por Popper perante o mesmo argumento direcionado a psicanálise, de que a teoria teria uma aparente capacidade de explicação, que essas teorias teriam sempre uma solução para qualquer problema apresentado.

“Posso ilustrar esse ponto com dois exemplos muito diferentes de comportamento humano: o do homem que joga uma criança na água com a intenção de afogá-la e o de quem sacrifica sua vida na tentativa de salvar a criança. Ambos os casos podem ser explicados com igual facilidade, tanto em termos freudianos como adlerianos. Segundo Freud, o primeiro homem sofria de repressão (digamos, algum componente do seu complexo de Édipo) enquanto o segundo alcançaria a sublimação. Segundo Adler, o primeiro sofria de sentimento de inferioridade (gerando, provavelmente, a necessidade de provar a si mesmo ser capaz de cometer um crime), e o mesmo havia acontecido com o segundo (cuja necessidade era provar a si mesmo ser capaz de salvar a criança). Não conseguia imaginar qualquer tipo de comportamento humano que ambas as teorias fossem incapazes de explicar. Era precisamente esse fato - elas sempre serviam e eram sempre confirmadas - que constituía o mais forte argumento em seu favor. Comecei a perceber aos poucos que essa força aparente era, na verdade, uma fraqueza.” (POPPER. *CONJECTURAS*, 1963).

Mantendo foco na psicanálise é entendível que o filósofo apresenta neste trecho é a capacidade de explicação sobre quaisquer problema, é visível que tanto a teoria Freudiana e a Adleriana possuem uma explicação própria do problema e que ambas assumem uma postura de que para estas o mesmo caso possui uma resposta que lhe convém, e por conta dessa capacidade explicativa e da ausência da capacidade de as falseabilizar, essas teorias se tornam menos científicas. Popper diz que esse movimento de explicação que a psicanálise executa

põem a psicanálise na posição de uma pseudociência, que para Popper é uma teoria que finge ser científica, mas que não atende aos critérios de demarcação, nesse caso a impossibilidade de elaborar testes e pôr em avaliação a teoria da psicanálise é o que para Popper a coloca na categoria de pseudociência.

## Conclusão

O objetivo central deste estudo foi o de analisar de maneira aprofundada e detalhada quais os motivos que levaram ao filósofo Karl Popper a expressar seu posicionamento quanto a impossibilidade da psicanálise, criada por Sigmund Freud, ser uma ciência, para que este estudo fosse possível foi necessário apresentar de maneira introdutória conceitos que mesmo antes do surgimento da filosofia de Popper já tinham sido criados e utilizados para delimitar o que poderia ser uma ciência, e após a apresentação dessas teorias fundamentais dissertar sobre como o filósofo utilizou das mesmas, mas de uma perspectiva diferente criou uma nova forma de delimitar a ciência da pseudociência.

Para além de suas críticas aos positivistas e os positivistas modernos, o método indutivo e o positivismo lógico, foi dentro do critério de demarcação, mais específico com o critério de falseabilidade que Popper consegue concluir a capacidade científica de uma teoria, esse critério permite analisar a teoria através da sua possibilidade de ser colocada a prova, apresentando assim como principal regra para uma ciência a necessidade da teoria ser testada. A literatura utilizada para a compreensão do pensamento do filósofo sobre seu critério, pode ser encontrada em seus textos originais, *A lógica da pesquisa Científica*. No livro *O que é ciência afinal?* Alan F. Chalmers apresenta de maneira introdutória o conceito de falsificacionismo.

No decorrer deste trabalho, também foi necessário trazer uma compreensão sobre o tema da crítica de Popper, pois neste caso seria a psicanálise de Freud, nessa introdução ao problema apresenta seu caráter como teoria, quais os elementos que a compõem e como através de seu autor ela é entendida. As teorias de interpretação dos sonhos, do entendimento do inconsciente foram os principais conceitos caracterizadores da psicanálise e o que a colocou como uma das teorias da psicologia moderna mais importantes e marcantes do seu tempo, o estudo implica que Freud procurava com sua teoria os fenômenos mentais que escapavam das explicações científicas tradicionais da época. Freud entende a psicanálise como uma teoria que busca compreender o funcionamento da mente humana e seus conflitos apresentando um novo paradigma para o entendimento do que é a mente humana. Porém o exame crítico da psicanálise à luz da filosofia da ciência, com ênfase nas críticas de Karl Popper e também de Adolf Grünbaum apresenta significativa dificuldade de colocar em xeque sua classificação como uma ciência, logo que os conceitos que a psicanálise propõe como o complexo de Édipo e o inconsciente acabam por serem impossíveis de serem

colocados a prova impossibilitando dessa forma uma validação científica. Se tratando da crítica de Grünbal a falta de consistência conceitual na psicanálise, adiciona uma camada adicional de preocupação. A ambiguidade de termos como o complexo de Édipo prejudica a análise científica rigorosa, contribuindo para a visão crítica de que a psicanálise pode estar mais ancorada na interpretação subjetiva do que em fundamentos científicos sólidos. Além destes fatos a psicanálise possui uma natureza de teor subjetivo em seus métodos terapêuticos, por ser necessariamente uma metodologia que depende de relatos e de interpretações do terapeuta, acaba por tornar a verificação e a reprodução dos resultados um desafio substancial, a falta de critérios objetivos para medir o sucesso do tratamento acrescenta complexidade à avaliação da eficácia da psicanálise, dificultando a comparação e a obtenção de conclusões confiáveis sobre a eficácia abordagem.

Embora a psicanálise tenha desempenhado um papel importante no desenvolvimento da psicologia moderna e tenha contribuído para a compreensão da mente humana, é essencial reconhecer que suas teorias e métodos não se alinham completamente aos critérios estabelecidos por Popper e outros filósofos da ciência. A falta de fundamentação empírica sólida e a dificuldade em submeter suas proposições a testes objetivos suscitam questionamentos sobre seu estatuto como ciência, levando a uma visão crítica que a considera mais próxima de uma pseudociência do que de uma disciplina científica legítima.

Tendo definido os elementos desse primordiais para este estudo e apresentado o problema em questão que seria a psicanálise, o próximo capítulo e o último deste estudo se concentra na crítica de Karl Popper à psicanálise, especialmente em relação ao princípio da falseabilidade. Popper argumenta que teorias como a psicanálise, marxismo e psicologia individual não são científicas, pois suas hipóteses são difíceis de serem testadas empiricamente e, portanto, não podem ser falseadas. A ênfase de Popper a falseabilidade como critério fundamental para a cientificidade é destacada. O filósofo destaca que a psicanálise enfrenta desafios significativos devido à natureza interpretativa de suas hipóteses, principalmente quando aborda questões psíquicas não diretamente observáveis. Ele questiona a capacidade de testar, interpretar e refutar as hipóteses da psicanálise de maneira objetiva, o que, para ele, compromete sua validade como teoria científica.

A crítica de Popper à psicanálise concentra-se na flexibilidade interpretativa de suas hipóteses, argumentando que a variedade de interpretações possíveis dificulta a aplicação de testes rigorosos e o estabelecimento claro de critérios de refutação. Ele destaca a resistência da psicanálise a avaliações precisas e invalidações, enfatizando que uma teoria científica deve estar disposta a ser rejeitada se não puder ser adequadamente testada. Popper usa exemplos

práticos para ilustrar sua crítica, mostrando como a psicanálise pode explicar qualquer comportamento humano, tornando-se aparentemente confirmatória e, portanto, carecendo do desafio fundamental da refutação. A comparação que Popper estabelece entre um caso a partir da visão teórica de Freud e Adler, serve como comprovação deste caráter de resistência ao critério de falseabilidade. Neste capítulo, observa-se que a impossibilidade de colocar à prova a teoria da psicanálise, por conta do caráter subjetivo e interpretativo e a incapacidade de refutar a teoria torna a psicanálise na visão de Popper uma pseudociência.

No decorrer desta análise foi crucial reconhecer que o estudo buscou entender em profundidade os motivos pelos quais Karl Popper negou à psicanálise de Sigmund Freud o estatuto de ciência, de acordo com a crítica popperiana é evidente que suas objeções se baseiam na dificuldade de colocar a prova as propostas psicanalíticas, e pela psicanálise lidar com fenômenos mentais inobserváveis e subjetivos sendo estes elementos que dificultam e impossibilitam que haja a possibilidade de falsear esta teoria. Observando o papel histórico e a influência da psicanálise no desenvolvimento da psicologia moderna, é imperativo reconhecer sua contribuição para a compreensão da mente humana. Contudo colocando a psicanálise em contato com os critérios que a filosofia de Popper propõe para uma definição do que é a ciência, a ausência de fundamentação empírica e sólida e a sua capacidade explicação se tornam fatores que aproximam a psicanálise de Freud mais da categoria de pseudociência.



## Referências

Chalmers, A. F. *O que é Ciência Afinal?* Trad. Fiker. R. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

David Hume; "*Dúvidas cépticas relativas às operações do entendimento*", *Tratado da Natureza Humana* (1736). Trad. S. S. Fontes. Lisboa: Gulbenkian, 2002.

Freud, S. (1977). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., Vol. 1, pp. 241-378). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1950).

FREUD, S. *A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre Metapsicologia e outros Trabalhos* Trad. Themira de Oliveira Brito; Paulo Henrique Britto; Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago 1974.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. 1900) Vol. IV. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, edição standard brasileira. Rio de Janeiro. Imago, 1996.

Grünbaum, A. (1986). Précis de Os Fundamentos da Psicanálise: Uma Crítica Filosófica. *Ciências Comportamentais e do Cérebro*, 9(2), 217–228.

Hume, D. *Investigação Acerca do Entendimento Humano*. Tradução de. Anoar Aiex. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

Japiassu, H. *Francis Bacon. O Profeta da ciência moderna*. São Paulo: Ed. Letras & Livros; 1995.

JAPIASSU, Hilton. *Psicanálise: Ciência ou Contra-ciência?* Rio de Janeiro: Imago, 1989.

JONES, Ernst. *A vida e a obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. Editora Pensamento, 9ª edição, 1989.

Menezes, L. M. B. da R. (2018). *O Problema da Demarcação na Filosofia de Karl Popper*. Revista Ágora Filosófica, 18(2), 102–108. 2018. v1n2.p 102-108

JANET, P. *O automatismo psicológico: ensaio de psicologia experimental sobre as formas inferiores da atividade humana*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 11, p. 310–314, 1 jun. 2008.

Popper, K. R. *A Lógica da Pesquisa Científica*. Trad. Mota O. e Hegenberg L. São Paulo: Cultrix, 1972.

Popper, K. R. *Conjecturas e Refutações*. Trad. Bath S. Brasília: UnB, 1972.

SANTOS, Wigvan Junior Pereira dos. "O princípio da Falseabilidade e a noção de ciência de Karl Popper"; Brasil Escola.

TANNOUS JORGE, H. *A crítica de Grünbaum à psicanálise*. Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS, v. 6, n. Especial, p. 244 - 276, 22 out. 2021.

Webster, R. (2005). *Por que Freud estava errado: pecado, ciência e psicanálise*. Trad. Editora da Universidade de Oxford.